



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-FORENSES
2.º CICLO

DIREITO PENAL IV. Turma A
2014/2015 - 2.º Semestre

Regência: Prof.^a Doutora Teresa Quintela de Brito

RESPONSABILIDADE PENAL DE ENTES COLECTIVOS (ASPECTOS
SUBSTANTIVOS E PROCESSUAIS)

PROGRAMA

I

RESPONSABILIDADE PENAL DE ENTES COLECTIVOS: ASPECTOS
SUBSTANTIVOS

1. Fundamentos e objectivos da responsabilidade penal de entes colectivos
2. Entes colectivos penalmente responsáveis e entes colectivos não penalmente responsáveis (as excepções do n.º 2 do art. 11º do Código Penal - CP)
3. Facto da pessoa colectiva *versus* facto da pessoa singular
4. Critérios objectivos de imputação do facto colectivamente típico à pessoa jurídica
5. Imputação subjectiva: como se constrói e se prova o dolo e a negligência da pessoa jurídica?
6. Justificação do facto colectivo
7. Culpa jurídico-penal do ente colectivo?
8. Eventuais causas de desculpa do ente colectivo.
9. (Ir) Relevância dos mecanismos de *Compliance* na responsabilidade penal das pessoas colectivas.
10. Responsabilidade solidária e subsidiária dos dirigentes por multas não pagas em que foram condenadas as pessoas colectivas: casos, critérios e problemas de constitucionalidade

11. **Responsabilidade penal em casos de fusão, cisão ou transformação de pessoas colectivas**
12. **A responsabilidade penal em grupos de empresas: situações e critérios de atribuição de responsabilidade penal à filial e/ou à empresa-mãe de um grupo**
13. **Breve confronto do artigo 11º do CP com o artigo 7º do Regime Geral do Ilícito de Mera Ordenação Social (RGIMOS); repercussões do artigo 11º do CP sobre o artigo 7º do RGIMOS**

II

RESPONSABILIDADE PENAL DE ENTES COLECTIVOS: ASPECTOS PROCESSUAIS

1. **O silêncio do Código de Processo Penal**
2. **O estatuto de arguido da pessoa colectiva: direitos e deveres**
3. **Outros problemas processuais:**
 - a. Determinação da competência material
 - b. Conexão de processos
 - c. Notificações
 - d. Representação
 - e. Submissão dos meios de obtenção de prova ao princípio da legalidade
 - f. Medidas de coacção e de garantia patrimonial
 - g. Declaração de contumácia
 - h. Estatuto processual do dirigente da pessoa colectiva no processo contra esta dirigido.

REGIME DE AVALIAÇÃO

De acordo com a alínea b) do artigo 3º do Regulamento de Avaliação de Conhecimentos nos Cursos de Especialização Integrados nos Mestrados de Bolonha, que pode ser consultado in <http://www.fd.ulisboa.pt/LinkClick.aspx?fileticket=h0aqv1zibs%3d&tabid=184>), o regime de avaliação será o seguinte:

OPÇÃO A

- **Avaliação de participações orais em aula: 50%; E**
- **Trabalho final escrito de investigação sobre um tema do programa: 50%.**

OPÇÃO B

- **Exame escrito final: 50%.**

O trabalho escrito deve ser entregue até ao dia 4 de Maio de 2015, cumprindo os seguintes requisitos:

1. Máximo de 30 páginas (texto em letra tamanho 12 ou 14, a 1,5 espaço; notas em letra tamanho 10, a 1 espaço), excluindo a bibliografias e eventuais anexos;
2. Comunicação à Regente do tema do trabalho, para aprovação, até 9 de março de 2015;

3. Escrito em português;
4. Entrega de uma declaração de autenticidade assinada.

A classificação final dos alunos que escolham a Opção A ser-lhes-á comunicada até ao final do mês de Maio.

Os alunos que, em qualquer uma das opções (A ou B), obtenham uma nota final entre 7 e 9 valores têm acesso a uma prova oral a realizar na época ordinária de exames da unidade curricular, nos termos do art. 3º, n.º 4 do Regulamento de Avaliação.

Os alunos reprovados na época normal podem apresentar-se à época de recurso, nos termos do artigo 7º, n.ºs 1 3, do Regulamento de Avaliação. O exame de recurso consistirá na realização de uma prova oral.

BIBLIOGRAFIA

ACTAS DO CONSELHO DA UNIDADE DE MISSÃO PARA A REFORMA PENAL <http://www.mj.gov.pt/sections/newhome/actas-da-unidade-de/>

ALBUQUERQUE, Paulo Pinto de

- «A responsabilidade criminal das pessoas colectivas e equiparadas», *Revista da Ordem de Advogados*, Ano 66, Vol. II, Setembro de 2006, pp. pp. 627-651, também disponível em <http://www.oa.pt/Conteudos/Artigos/detalhe/>;
- *Comentário do Código Penal à luz da Constituição da República e da Convenção Europeia dos Direitos do Homem*, Lisboa: Universidade Católica Editora, 2.ª edição 2010;
- *Comentário do Código de Processo Penal*, Lisboa: Universidade Católica Editora, 4.ª Ed., Lisboa 2011.

ASSUNÇÃO, Filipa Vasconcelos de

- *A Responsabilidade Penal das Pessoas Colectivas – Em Especial a Problemática da Culpa*, Dissertação de Mestrado Forense orientado para a Investigação, Universidade Católica, Junho de 2010, disponível em http://www.fd.lisboa.ucp.pt/resources/documents/RESEARCH/Dissertations/Filipa_Vasconcelos_de_Assuncao.pdf

BRANDÃO, Nuno

- «O regime sancionatório das pessoas colectivas na revisão do CP», *Jornadas sobre a Revisão do CP*, número especial da *Revista do CEJ*, n.º 8, 1º Semestre 2008, pp. 41-54, também publicado em *Direito Penal Económico e Europeu. Textos doutrinários*, Vol. III, Coimbra: Coimbra Editora, 2009, pp. 461 ss.

BRAVO, Jorge dos Reis

- «Critérios de imputação jurídico-penal de entes colectivos (elementos para uma dogmática alternativa da responsabilidade penal de entes colectivos)», *Revista Portuguesa de Ciência Criminal*, Ano 13, 2003, pp. 207-250;
- «Incidências processuais da punibilidade de entes colectivos», *Revista do Ministério Público*, n.º 105 (2006), p. 45-99.

- *Direito Penal de entes colectivos. Ensaio sobre a punibilidade de pessoas jurídicas e entidades equiparadas*, Coimbra: Coimbra Editora, 2008.

BRITO, Teresa Quintela de

- «Responsabilidade criminal das pessoas jurídicas e equiparadas: algumas pistas para a articulação da responsabilidade individual e colectiva», *Estudos em honra do Professor Doutor JOSÉ de OLIVEIRA ASCENSÃO*, Volume II, Coimbra: Almedina, 2008, pp. 1425-1443;
- «A determinação das responsabilidades individuais no quadro de organizações complexas», *Direito Sancionatório das Autoridades Reguladoras*, MARIA FERNANDAPALMA/AUGUSTO SILVA DIAS/PAULO de SOUSA MENDES (Coord.), Coimbra: Coimbra Editora, 2009, pp. 75-103;
- «Crime omissivo e novas representações da responsabilidade social», *Liber Amicorum de JOSÉ de SOUSA e BRITO em comemoração do 70.º Aniversário. Estudos de Direito e Filosofia*, Coimbra: Almedina, 2009, pp. 921-943;
- «Responsabilidade criminal de entes colectivos. Algumas questões em torno da interpretação do artigo 11.º do Código Penal», *RPCC*, Ano 20, n.º 1, Janeiro-Março, 2010, pp. 41-71, também publicado em *Direito Penal Económico e Financeiro. Conferências do Curso Pós-Graduado de Aperfeiçoamento*, Coimbra: Coimbra Editora, 2012, pp. 227 ss.;
- «Questões de prova e modelos legais de responsabilidade contra-ordenacional e penal de entes colectivos», in *Direito Penal. Fundamentos dogmáticos e político-criminais. Homenagem ao Prof. Peter Hünerfeld*, Coimbra: Coimbra Editora, 2013, pp. 1209-1264;
- «Domínio do facto, organizações complexas e autoria dos dirigentes», *Direito Penal Económico e Financeiro. Conferências do Curso Pós-Graduado de Aperfeiçoamento*, Coimbra: Coimbra Editora, 2012, pp. 163-200;
- «Fundamento da responsabilidade criminal de entes colectivos: articulação com a responsabilidade individual», *Direito Penal Económico e Financeiro. Conferências do Curso Pós-Graduado de Aperfeiçoamento*, Coimbra: Coimbra Editora, 2012, pp. 201-225;
- *Domínio da organização para a execução do facto: responsabilidade penal de entes colectivos, dos seus dirigentes e “actuação em lugar de outrem”*, Dissertação de Doutoramento, Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, Julho de 2012;
- “Relevância dos mecanismos de *Compliance* na responsabilização penal das pessoas colectivas e dos seus dirigentes”, *Anatomia do Crime*, n.º 0, Julho-Dezembro, 2014, pp. 75-91.

COSTA, José de Faria

- «A responsabilidade jurídico-penal da empresa e dos seus órgãos (ou uma reflexão sobre a alteridade nas pessoas colectivas à luz do Direito Penal)», *Direito Penal Económico e Europeu*, Vol. I, Coimbra: Coimbra Editora, 1998, pp. 501-517.

DIAS, Augusto Silva Dias

- *Ramos emergentes do Direito Penal relacionados com a protecção do futuro (ambiente, consumo, genética humana)*, Coimbra: Coimbra Editora, 2008;
- «Linhas gerais do regime jurídico dos crimes contra interesses dos consumidores no Anteprojecto de Código do Consumidor», *Direito Penal Económico e Europeu. Textos doutrinários*, Vol. III, Coimbra: Coimbra Editora, 2009, pp. 557 ss..

DIAS, Augusto Silva/RAMOS, Vânia Costa

- *O Direito à não auto-inculpação (nemo tenetur se ipsum accusare) no processo penal e contra-ordenacional português*, Coimbra: Coimbra Editora, 2009.

DIAS, Jorge de Figueiredo

- *Direito Penal. Parte Geral. Questões fundamentais da teoria geral do crime*, Tomo I, Coimbra: Coimbra Editora, 1ª edição 2004, 2ª edição 2007.

DÍEZ, Carlos Gómez-Jara

- *La culpabilidad penal de la empresa*, Madrid-Barcelona: Marcial Pons, 2005;
- «Imputabilidad de las personas jurídicas?», *Homenaje al Profesor Dr. GOZALO RODRÍGUEZ MOURULLO*, Madrid: Thomson-Civitas, 2005, pp. 425-446;
- «El nuevo artículo 31.2 del Código Penal: cuestiones de lege lata e de lege ferenda», *Modelos de autoresponsabilidad penal empresarial. Propuestas globales contemporáneas*, CARLOS GÓMEZ-JARA DÍEZ (Ed.), Pamplona: Editorial Aranzadi, 2006, pp. 239-309;
- «La atenuación de la responsabilidad penal empresarial en el Anteproyecto de Código Penal de 2008: los compliance programs y la colaboración con la administración de justicia», ITZIAR CASANUEVA SANZ/JESÚS AGUSTÍN PUYEO RODERO, *El Anteproyecto de modificación del Código Penal de 2008. Algunos aspectos*, Bilbao: Universidad de Deusto, 2009, pp. 221-289;
- «La responsabilidad penal de las personas jurídicas en la reforma del Código Penal», *Diario La Ley*, 2010, n.º 7534, pp. 1-14.

GARCÍA, NICOLÁS RODRÍGUEZ

- «Adecuación del proceso penal español a la fijación legal de la responsabilidad criminal de las personas jurídicas», *Revista penal*, N° 35, 2015, pp. 139-172.

GASPAR/CABRAL/COSTA/MENDES/MADEIRA/GRAÇA

- *Código de Processo Penal Comentado*, Coimbra: Almedina, 2014.

HEINE, Günter

- «La responsabilidad penal de las empresas: evolución internacional y consecuencias nacionales», *Anuario de Derecho Penal 1996*, Asociación Peruana de Derecho Penal, Perú – Lima, 1997, pp. 19-45;
- «Modelos de responsabilidad jurídico-penal originaria de la empresa», *Modelos de autoresponsabilidad penal empresarial*, CARLOS GÓMEZ-JARA DÍEZ (ed.), Pamplona: Editorial Aranzadi, 2006, pp. 25 ss.

JAKOBS, Günther

- «Punibilidad de las personas jurídicas?», in PERCY GARCÍA CAVERO (Coord.) *La responsabilidad penal de las personas jurídicas, órganos y representantes*, Mendoza/Argentina: Ediciones Jurídicas Cuyo, 2005, pp. 47-70.

MARTÍN, Adán Nieto

- «La responsabilidad penal de las personas jurídicas: esquema de un modelo de responsabilidad penal», *Nueva Doctrina Penal*, n.º 1, 2008, pp. 125-159;
- *La responsabilidad penal de las personas jurídicas: un modelo legislativo*, Madrid: Iustel 2008.

MEIRELES, Mário Pedro Seixas

- «Sanções das (e para as) pessoas colectivas», *Revista Portuguesa de Ciência Criminal*, ano 10, fasc. 4 (Outubro-Dezembro de 2000), pp. 511-534;
- *Pessoas colectivas e sanções criminais: juízos de adequação*, Coimbra: Coimbra Editora, 2006;
- «Responsabilidade penal das pessoas colectivas ou entidades equiparadas na recente alteração ao CP ditada pela Lei n.º 59/2007, de 4 de Setembro: algumas notas», *Julgar*, n.º 5, Maio-Agosto de 2008, pp. 121-138;

MENDES, Paulo de Sousa

- «Responsabilidade criminal das sociedades comerciais», *Boletim da Faculdade de Direito de Bissau*, n.º 2, 1993, pp. 145-172;
- «A responsabilidade de pessoas colectivas no âmbito da criminalidade informática em Portugal», *Direito da Sociedade da Informação*, Separata do Vol. IV, Coimbra: Coimbra Editora, 2003, pp. 385-404;
- «Responsabilidade criminal das pessoas colectivas – Comentário ao texto final do artigo 11º do Anteprojecto de CP», Conferência n.p. proferida na Faculdade de Direito de Lisboa, no âmbito das *Jornadas sobre o Anteprojecto de CP*, Maio de 2006;
- *Lições de Direito Processual Penal*, Coimbra: Almedina, 2013.

PALMA, Maria Fernanda

- *Direito Penal. Parte Geral*, Vol. I, AAFDL, 1994;
- *Direito Penal. Parte Geral. A teoria geral da infracção como teoria da decisão penal*, AAFDL: 2013.

PINTO, Frederico de Lacerda da Costa

- «O ilícito de mera ordenação social e a erosão do princípio da subsidiariedade da intervenção penal», *Direito Penal Económico e Europeu*, Vol. I, Coimbra: Coimbra Editora, 1998, pp. 209-274.

REGO, Carlos Lopes do

- «Constitucionalidade do artigo 40º do Código de Processo Penal; intervenção no julgamento de arguida (pessoa colectiva) do juiz que na fase de inquérito decretou a prisão preventiva de outro co-arguido (pessoa singular)», *Revista do Ministério Público*, n.º 71 (1997), p.123-127.

ROCHA, Manuel António Lopes

- «A responsabilidade penal das pessoas colectivas – Novas perspectivas», *Direito Penal Económico e Europeu*, Vol. I, Coimbra: Coimbra Editora, 1998, pp. 431-488.

SERRA, Teresa

- «Contra-ordenações: responsabilidade de entidades colectivas. A propósito dos critérios de imputação previstos no Regime Geral do Ilícito de Mera Ordenação Social e em diversos regimes especiais. Problemas de (in)constitucionalidade», *RPCC*, Ano 9 (199), Fasc. 2º, pp. 187-212.

SILVA, Germano Marques da Silva

- «Responsabilidade penal das pessoas colectivas. Alterações ao Código Penal introduzidas pela Lei n.º 59/2007, de 4 de Setembro», *Jornadas sobre a Revisão do CP*, número especial da *Revista do CEJ*, n.º 8, 1º Semestre de 2008, pp. 69-97;

- *Responsabilidade penal das sociedades e dos seus administradores e representantes*, Lisboa-São Paulo: Editorial Verbo, 2009;
- «Questões processuais na responsabilidade cumulativa das empresas e seus gestores», *Que futuro para o Direito Processual Penal? Simpósio em Homenagem a JORGE de FIGUEIREDO DLAS, por ocasião dos 20 anos do Código de Processo Penal Português*, Coimbra Editora, 2009, pp. 789-803;
- *Direito Penal tributário. Sobre as responsabilidades das sociedades e dos seus administradores conexas com o crime tributário*, Lisboa: Universidade Católica Editora, 2009;
- *Direito Processual Penal português. Noções gerais, sujeitos processuais e objecto*, Lisboa: Universidade Católica Editora, 2013.

TEIXEIRA, Carlos Adérito

- «A pessoa colectiva como sujeito processual; ou a “descontinuidade” processual da responsabilidade penal», *Revista do Centro de Estudos Judiciários*, n.º 8 (2008), n.º especial, p. 99-166.

TORRÃO, Fernando

- “*Societas delinquere potest*”? *Da responsabilidade individual e colectiva nos “crimes de empresa”*, Coimbra: Almedina, 2010.

SOUSA, João de Castro e

- *As pessoas colectivas em face do Direito Criminal e do chamado Direito de Mera Ordenação Social*, Coimbra: Coimbra Editora, 1985.

VIANA, João Matos

- «A (in)constitucionalidade da responsabilidade subsidiária dos administradores e gerentes pelas coimas aplicadas à sociedade», *Revista de Finanças Públicas e Direito Fiscal*, n.º 2, Ano II, 2009;
- «Acórdão do Tribunal de primeira instância (terceira secção alargada) de 8 de Julho de 2008 Processo T-99/04. Os conceitos de autor e cúmplice de uma infracção ao artigo 81º TCE», *Revista de Concorrência e Regulação*, Ano 1 (2010), n.º 1, pp. 377-401.